RELEASE – 22/5/2014

Seminário “Capital Empreendedor: Impactos Econômicos e

Desafios Legislativos”

 A necessidade de eliminar entraves e distorções das nossas legislações que impedem investimentos em empresas novas e inovadoras foi amplamente discutida nesta quinta-feira (22), durante o Seminário “Capital Empreendedor – Impactos Econômicos e Desafios Legislativos”, na Câmara dos Deputados, entre parlamentares, empresários, consultores da Câmara, técnicos dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, BNDES, Bolsa de Valores, representantes do Tribunal Regional do Trabalho e professores da PUC e UnB. O presidente do Centro de Debates e Estudos Estratégicos – Cedes, promotor do seminário, deputado Inocêncio Oliveira, depois de lembrar a urgência de o País inovar sua legislação, salientou entraves tão antigos como a obrigatoriedade de empresas publicarem seus balanços em jornais de grande circulação, em plena era da internet. Alguns debatedores lembraram que este era o melhor exemplo da “nossa herança ibérica: a mania criar cartórios e selos”, que amarra o desenvolvimento do País.

 O relator do estudo “Capital Empreendedor”, um dos diversos temas tratados no âmbito do Cedes, deputado José Humberto, observou que o seminário era a continuidade de outros debates e consultas que visavam dar ao Brasil “um ambiente de negócios, sem entraves desnecessários, que permitam o surgimento de novas empresas, alavancando a sustentabilidade e os avanços sociais, mas com equilíbrio, preservando outras conquistas, decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que representa verdadeiro marco para a estabilização da economia brasileira”, observou.

 O diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Eduardo Fernandez Silva, disse que o Brasil luta contra estas barreiras ao investimento e crescimento “desde que Rui Barbosa ocupou o Ministério da Fazenda, infelizmente sem sucesso”. O que buscamos hoje – disse – é uma forma equilibrada de o capital empreendedor ajudar empresas de pequeno porte e a girar nossa roda da economia.

 A representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento, Maria Luisa Leal, salientou que, quando se fala na necessidade de dar novo tratamento ao capital empreendedor, o que se procura é o aumento de produtividade, a única forma de elevar o PIB, incentivar o empresário, dar novos ganhos ao trabalhador. “Só o aumento da produtividade, com investimento, pode melhorar as condições de todos e do País. E para isso a segurança jurídica é uma questão seríssima”, disse.

 O presidente da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital, Fernando Borges, lembrou que os investimentos na indústria no Brasil tiveram um salto a partir do Plano Real, caíram no período de 1999 a 2002 com a desvalorização cambial, crise energética e incerteza eleitoral, começando um novo ciclo a partir de 2009 com a atuação mais coordenada de investidores institucionais e aumento de compromissos via Inovar-Finep , fundos de participação, capital empreendedor. Segundo ele, R$ 100 bilhões de capital foram comprometidos com investimentos em empresas na última década. “Mas existem muitos entraves tributários e regulatórios num ciclo de investimento que geralmente é longo, entre 2 a 8 anos”, disse.

 A Diretora Comercial e de Desenvolvimento de Empresas da BM&FBovespa, Cristiana Pereira, salientou a importância de dar facilidades para que as várias etapas de uma empresa a conduzam até o estágio final, a Bolsa de Valores, que ainda está distante das pequenas e médias empresas. “A maior parte das operações em Bolsa no Brasil estão acima de US$ 500 milhões. Para termos alguns dados comparativos, na Austrália, Canadá e Inglaterra ficam abaixo de US$ 10 milhões. E assim nossa Bolsa está limitada a 370 empresas”, lamentou.